

Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais no ensino de graduação: percepção de discentes e docentes em uma instituição do Piauí e um panorama brasileiro

Ana Beatriz dos Santos Conceição*; Isaac Torres dos Santos**; Aryvelto Miranda Silva**; Raimundo Rosendo Prado Júnior***; Regina Ferraz Mendes***

- * Cirurgiã-dentista graduada pela Universidade Federal do Piauí
- ** Mestre, Programa de Pós-graduação em Odontologia, Universidade Federal do Piauí
- *** Professor(a) Titular, Departamento de Odontologia Restauradora e Programa de Pós-graduação em Odontologia, Universidade Federal do Piauí

Recebido: 18/05/2021. Aprovado: 30/06/2021.

RESUMO

A in experiência do graduando em Odontologia no manejo de Pacientes com Necessidades Especiais (PNE) gera lacunas na formação e pode contribuir para a barreira de acesso desses indivíduos aos serviços de saúde bucal. Este estudo analisou a percepção de discentes e docentes do curso de Odontologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) sobre a inclusão de atendimento a PNE no ensino de graduação e o panorama nacional da oferta de disciplina de PNE na estrutura curricular de cursos de Odontologia. Foi realizado um estudo transversal, descritivo e exploratório, com aplicação de questionários a discentes e docentes do curso de Odontologia da UFPI. As matrizes curriculares dos cursos foram consultadas em endereços eletrônicos institucionais. Foi realizada análise descritiva dos dados e teste Exato de Fisher foi aplicado. A maioria dos discentes relataram nunca ter atendido um PNE (54,8 %) e, destes, 67,7% não se sentem preparados para este atendimento. A maioria dos discentes (84,7%) e docentes (53,8%) aprova a obrigatoriedade da disciplina de PNE na estrutura curricular. Insegurança foi a reação mais comum dos discentes ao atendimento odontológico fictício a um paciente PNE. Entre os docentes participantes do estudo, 73,1% informaram já ter atendido PNE. Em 67,8% dos cursos de Odontologia pesquisados há oferta de disciplina de PNE. Em conclusão, a ausência de atendimento a PNE gera insegurança aos graduandos em Odontologia. A inclusão do tema PNE na matriz curricular é apoiada por discentes e docentes. A disciplina está presente na maioria dos cursos de Odontologia do Brasil.

Descritores: Pessoas com Deficiências. Educação em Odontologia. Estudantes de Odontologia.

1 INTRODUÇÃO

No mundo, aproximadamente 1 bilhão de pessoas possui alguma deficiência¹. No Brasil, cerca de 45,6 milhões de pessoas (23,9% da

população), apresenta algum tipo de deficiência, seja ela intelectual, fisiológica ou anatômica². Visando assegurar o direito à saúde para esta parcela significativa da população, a Política

Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, instituída pela Portaria 1.060/2002, reconheceu a inclusão das pessoas com deficiência em toda a rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS)³.

Pessoas com deficiência (PcD) apresentam um risco maior para o desenvolvimento de doenças bucais, como a cárie dentária e a doença periodontal^{4,5}. Estes indivíduos apresentam fatores de risco imunitários⁶, financeiros^{7,8} e dificuldade para garantir o controle adequado de biofilme significativamente maiores do que a população sem deficiência⁹. A assistência em saúde bucal no Brasil negligencia as pessoas com necessidades especiais, seja em âmbito ambulatorial, domiciliar ou hospitalar¹⁰. Dos 336 mil cirurgiões-dentistas inscritos em todo o país no ano de 2021, apenas 759 possuem especialização em Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais¹¹. Esta carência de profissionais capacitados contribui para a existência de Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) do Sistema Único de Saúde (SUS) que não dispõem de todos os especialistas necessários à saúde bucal da população¹².

Duas revisões sistemáticas recentes apontaram que entre 45 e 70% das pessoas com deficiência tem dificuldade de acesso a serviços odontológicos e que as principais barreiras para este acesso são o despreparo do profissional para atender as PcD, dificuldades de acesso aos consultórios odontológicos e de comunicação e falta de conscientização quanto à necessidade de tratamento odontológico para estas pessoas^{13,14}. Estas dificuldades podem ser também influenciadas pela lacuna na formação de cirurgiões-dentistas, devido à ausência de práticas de atendimento para pacientes com necessidades especiais (PNE) na graduação¹⁵. Para a Odontologia, PNE são aqueles que apresentam uma ou mais deficiências - mental, física, sensorial, emocional, de crescimento ou médica, seja ela temporária ou permanente, que o impeça de ser

submetido a um atendimento odontológico convencional¹⁶. Assim, pessoas com deficiências não necessariamente demandam atendimento em serviços especializados, podendo serem atendidos nos serviços de atenção básica à saúde bucal.

Apesar de haver a regulamentação da especialização em Odontologia para PNE reconhecida pelo Conselho Federal de Odontologia desde 2002, em razão da autonomia pedagógica, conteúdos relacionados à Odontologia para PNE poderão ou não estar presentes na matriz curricular dos cursos de graduação¹⁷. O egresso de Odontologia, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes, deve ser um profissional com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva¹⁸. Desta forma, o cirurgião-dentista generalista necessita de embasamento teórico-prático durante sua formação que o capacite para atender, no mínimo, PcD que não possuam necessidades especiais de atendimento à saúde. Em atenção a este objetivo, muitas instituições em que não há a adoção de disciplina em sua estrutura curricular, estágios de vivência e atuação multidisciplinares¹⁹ e/ou projetos de extensão são implementados com o objetivo de minimizar as carências na formação do cirurgião-dentista com vistas ao atendimento em saúde bucal de PNE.

Estudos anteriores buscaram quantificar a implementação de disciplinas de PNE nos cursos de Odontologia em diferentes estados brasileiros¹⁹⁻²⁶. Um panorama sobre a inclusão de disciplina que contemple esta temática a nível nacional ainda é inconclusivo. Além disso, a literatura é escassa sobre os possíveis impactos da ausência da disciplina de PNE na formação de novos cirurgiões-dentistas, seja por autopercepção dos discentes de Odontologia ou por seus professores. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivos: (1) verificar a percepção de discentes e docentes do curso de graduação em Odontologia da Universidade Federal do Piauí sobre a inclusão de Odontologia para PNE na estrutura curricular, (2)

analisar as possíveis reações de discentes frente a uma situação simulada de atendimento odontológico a PNE, e (3) traçar um panorama sobre a oferta de disciplina de PNE nos cursos de graduação em Odontologia no Brasil.

2 MÉTODOS

Foi realizado um estudo observacional transversal, de caráter exploratório e descritivo, com abordagem quantitativa. O estudo seguiu as recomendações éticas da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Piauí (CAAE 12936519.0.0000.5214). O SURvey Reporting GuidelinE (SURGE)²⁷ também foi consultado.

O estudo foi desenvolvido no Curso de Odontologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), com sede em Teresina. Para inclusão na amostra do estudo foram considerados elegíveis os discentes que estivessem regularmente matriculados em pelo menos uma disciplina com atividades práticas clínicas (3º ao 9º períodos) durante o segundo semestre letivo de 2019, o que totalizava 189 discentes. Foram considerados elegíveis também os docentes que estivessem ministrando disciplinas no ciclo profissionalizante no momento do início do estudo, totalizando 38 docentes. Todos os discentes e docentes considerados elegíveis foram convidados a participar do estudo.

Para inclusão de instituições de ensino superior (IES) do país e que ofertassem o curso de Odontologia, o cálculo amostral para amostragem aleatória simples ajustado para populações finitas (<http://www.openepi.com/SampleSize/SSPropor.htm>) indicou que n=143 seria considerado representativo da população. A partir disso, uma amostragem estratificada foi realizada conforme as proporções de instituições por cada região do país (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul).

Os discentes e docentes da UFPI elegíveis

para o estudo receberam por aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp* um *link* para preenchimento do questionário gerado via *Google Forms*. O questionário utilizado neste estudo está disponível em um repositório online (DOI 10.17605/OSF.IO/J4ZR7) e foi formulado baseado no estudo de Jacomine *et al.* (2018)²⁰. O instrumento incluiu questões relacionadas aos conhecimentos e atitudes dos discentes/docentes sobre pacientes com necessidades especiais (PNE) e o atendimento odontológico a este público em ambiente de ensino de graduação. Além disso, a descrição de uma situação simulada de atendimento odontológico a PNE foi apresentada, a partir da qual foram verificadas as reações comportamentais geradas nos discentes. Para esta situação, os escores eram inversamente proporcionais à prevalência de cada reação, ou seja, havia alternativas de resposta de 10 prováveis reações ao atendimento simulado descrito e para a provável reação mais prevalente o discente deveria atribuir o escore 1 e assim por sequência.

Aos participantes do estudo foi assegurada a possibilidade de responder ao questionário de forma espontânea e em dia/horário de sua preferência. Um único lembrete, também enviado por *WhatsApp* foi disparado a todos os participantes elegíveis 15 dias após o primeiro envio.

Quanto às IES selecionadas, os dados do curso de Odontologia foram consultados em endereços eletrônicos institucionais. Foram excluídas as instituições que não disponibilizassem pelo menos a matriz curricular no endereço eletrônico (n=7), havendo reposição amostral por meio de outro sorteio. Foram verificados a existência de atividade curricular referente a Odontologia para PNE e naqueles cursos em que havia, o caráter (obrigatória ou optativa), a forma da oferta (teórica, prática ou teórico-prática) e carga horária foram registrados. Também foram excluídos do estudo aqueles cursos com dados

incompletos sobre a disciplina ofertada (n=11). Todos os dados referentes às IES e utilizados para seleção da amostra constam no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (<http://emec.mec.gov.br/>).

Os dados foram tabulados e analisados utilizando IBM SPSS® Statistics (Armonk, NY, EUA) versão 22.0 para Windows. As taxas de resposta para discentes e docentes foram obtidas a partir da fórmula P_R/P_E , onde os subscritos R e E representam os participantes respondentes e elegíveis, respectivamente. Análises descritivas foram realizadas e apresentadas em frequências absolutas (n) e relativas (%). A possível associação entre as variáveis dicotômicas “Participação no projeto de extensão Promoção de Saúde Bucal para Pacientes Especiais (PROSBE)” e “Capacidade para atender pacientes com necessidades especiais” foi verificada pelo Teste Exato de Fisher e o

impacto da época de formação dos discentes na percepção e atitudes relacionadas a PNE foi verificado pelo teste Qui-quadrado de Pearson. O nível de significância de 5% foi adotado para todas as análises.

3 RESULTADOS

Foram obtidas respostas de 124 discentes e 26 docentes (taxas de resposta 65,6% e 68,4%, respectivamente) do curso de Odontologia da UFPI, além da análise da estrutura curricular de 143 cursos de Odontologia no Brasil. A figura 1 apresenta a distribuição dos discentes participantes por semestre letivo cursado no momento da inclusão no estudo. Foi observado que a maioria dos discentes (54%) já havia frequentado pelo menos um dentre os quatro estágios supervisionados incluídos na estrutura curricular, que são ofertados do 6º ao 9º períodos letivos.

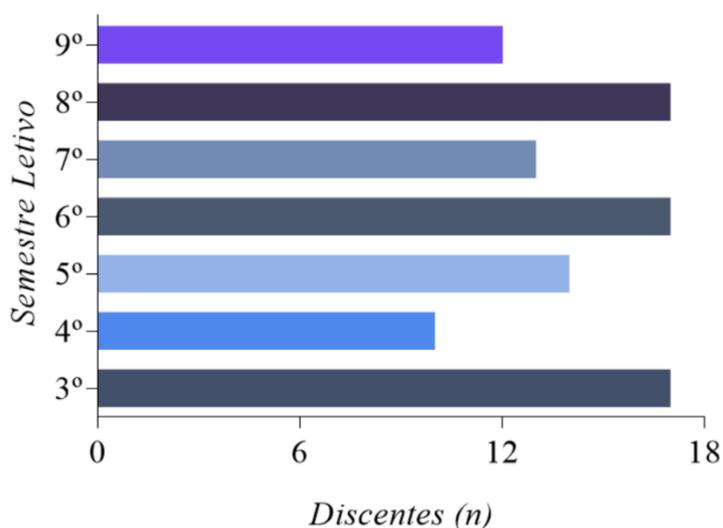


Figura 1. Distribuição dos discentes de Odontologia da UFPI por semestre letivo

A tabela 1 apresenta a caracterização dos discentes participantes do estudo. Foi observado que a maioria dos discentes nunca atendeu PNE (54,8%) e não participou do projeto de extensão

PROSBE (80,6%), mas demonstrou algum interesse sobre como proceder com PNE (75,8%). Além disso, a maioria dos discentes relatou não ter frequentado/assistido palestras ou cursos sobre o

assunto (58,1%) e, conseqüentemente, os discentes não se sentem preparados para atender PNE (63,7%). Quando os dados dos discentes são analisados conforme o período do curso (tabela 2), foram observadas frequências maiores de realização de atendimentos a PNE ($p=0,001$), participação no PROSBE ($p=0,011$) e autorrelato de sensação de preparo para atendimento a PNE ($p=0,001$) entre os discentes em estágios mais

avanzados do curso (6° ao 9° semestres) em relação aos demais discentes (3° ao 5° semestres). Além disso, uma associação significativa ($p<0,001$) foi verificada entre participar do projeto de extensão e capacidade para atender pacientes especiais, demonstrando que aproximadamente 9 em cada 10 estudantes participantes do projeto relataram se sentir capazes de atender PNE (tabela 3).

Tabela 1. Conhecimentos e atitudes relacionados a PNE em discentes de Odontologia da UFPI

Variável	n	%
<i>PNE na família</i>		
Autismo	11	8,9
Paralisia Cerebral	3	2,4
Síndrome de Down	11	8,9
Outras	11	8,9
Não tem PNE na família	88	70,9
<i>Realizou atendimento de PNE¹</i>		
Sim, no CIES**	22	17,7
Sim, na UFPI	20	16,1
Sim, em serviço público (CEO/UBS)	9	7,3
Sim, em outros locais	7	5,6
Não	68	54,8
<i>Participou do PROSBE*</i>		
Sim	24	19,4
Não	100	80,6
<i>Interesse em buscar conhecimento sobre procedimento em PNE</i>		
Sim	94	75,8
Não	30	24,2
<i>Assistiu/frequenteu cursos sobre atendimento odontológico em PNE</i>		
Sim	54	43,5
Não	70	56,5
<i>Sente-se preparado para realizar tratamento odontológico em PNE</i>		
Sim	45	36,3
Não	79	63,7
<i>Se sente apto para realizar tratamento odontológico em PNE com¹</i>		
Autismo	35	28,2
Paralisia Cerebral	15	12,1
Síndrome de Down	40	32,3
Outras	2	1,6

¹ Variável com frequência total \neq 100% por permitir mais que uma alternativa como resposta; * Programa de Promoção de Saúde Bucal para Pacientes Especiais; **Centro Integrado de Educação Especial.

Tabela 2. Conhecimentos e atitudes relacionados a PNE em discentes de Odontologia da UFPI, por períodos cursados na graduação

Variável	Período Letivo		Valor de p ¹	
	3º ao 5º	6º ao 9º		
<i>Realizou atendimento de PNE</i>	Sim	13	42	0,001
	Não	37	32	
<i>Participou do PROSBE*</i>	Sim	4	21	0,011
	Não	46	53	
<i>Interesse em buscar conhecimento sobre procedimento em PNE</i>	Sim	40	54	0,495
	Não	10	20	
<i>Assistiu/frequenteu cursos sobre atendimento odontológico em PNE</i>	Sim	21	33	0,919
	Não	29	41	
<i>Sente-se preparado para realizar tratamento odontológico em PNE</i>	Sim	7	33	0,001
	Não	43	41	

¹ Teste de Qui-quadrado de Pearson ($\alpha = 0,05$); * Programa de Promoção de Saúde Bucal para Pacientes Especiais.

Tabela 3. Distribuição dos discentes de Odontologia da UFPI segundo a participação em projeto de extensão e aptidão autorrelatada para realizar atendimento odontológico em PNE.

Participou do PROSBE*	Apto para atender PNE			Valor de p ¹
	Não	Sim	Total	
Não	82 (66,1%)	18 (14,5%)	100 (80,6%)	<0,001
Sim	2 (1,6%)	22 (17,8%)	24 (19,4%)	
Total	84 (67,7%)	40 (32,3%)	124 (100,0%)	

¹ Teste Exato de Fisher ($\alpha = 0,05$); * Programa de Promoção de Saúde Bucal para Pacientes Especiais.

Insegurança e angústia foram as principais reações comportamentais dos alunos diante da situação fictícia de atendimento odontológico a um PNE, como observado na figura 2. Por outro lado, a inclusão de PNE como disciplina obrigatória na estrutura curricular do curso de Odontologia na UFPI é defendida pela maioria dos discentes (84,7%) e docentes (53,8%) participantes deste

estudo.

Na tabela 4 verifica-se que embora a maioria dos docentes participantes do estudo tenham relatado já ter atendido algum PNE (73,1%), a maioria também nunca realizou orientação de atendimento a PNE nas clínicas de graduação (61,5%) e nem realizou cursos sobre PNE (53,8%) ou demonstrou interesse sobre o tema (61,5%).

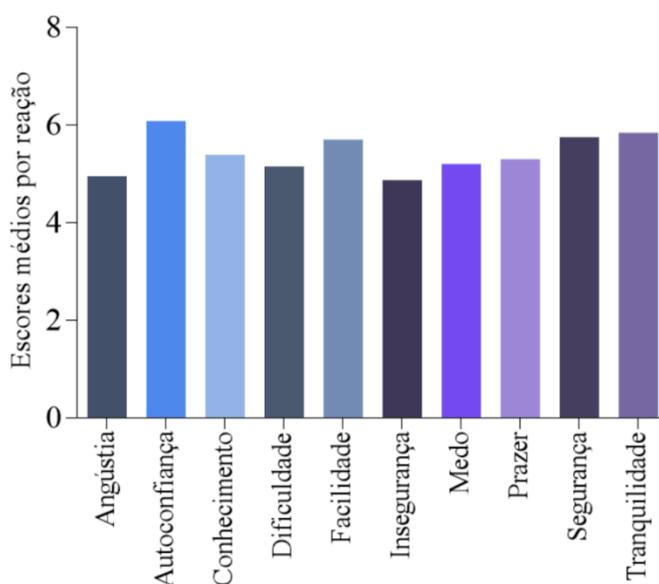


Figura 2. Escores médios de respostas de discentes de Odontologia da UFPI a uma situação simulada de atendimento odontológico a paciente com necessidades especiais

Tabela 4. Conhecimentos e atitudes relacionados a PNE em docentes de Odontologia da UFPI

Variável	n	%
<i>PNE na família/amigos</i>		
Sim	8	30,8
Não	18	69,2
<i>Atendeu algum PNE</i>		
Sim	19	73,1
Não	7	26,9
<i>Orientação a atendimento a PNE em clínica de graduação</i>		
Sim	10	38,5
Não	16	61,5
<i>Interesse em buscar conhecimento sobre procedimento em PNE</i>		
Sim	10	38,5
Não	16	61,5
<i>Assistiu/frequentou cursos sobre atendimento odontológico em PNE</i>		
Sim	12	46,2
Não	14	53,8
<i>Considera que PNE podem ser atendidos na Atenção Básica</i>		
Sim	21	80,8
Não	5	19,2

Respeitando a proporcionalidade de cursos cadastrados no sistema e-MEC por região, o maior número de cursos de Odontologia incluídos no estudo estavam localizados na região Sudeste (35,7%) e inseridos em instituições privadas de ensino (76,2%) (tabela 5). Além disso,

aproximadamente 2/3 dos cursos avaliados (67,8%) ofertavam a disciplina de PNE em sua matriz curricular. Dentre estes, a maioria ofertava a disciplina em caráter obrigatório (54,5%), em formato teórico-prático (48,2%) e com carga horária média aproximada de 60h.

Tabela 5. Distribuição de cursos de Odontologia do Brasil quanto à gestão da instituição, caráter, formato e carga horária das disciplinas de Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais

Região	Gestão ¹		Caráter ²		Formato ²			Carga Horária Média
	<i>Pública</i>	<i>Privada</i>	<i>Obrigatória</i>	<i>Optativa</i>	<i>Teórica</i>	<i>Prática</i>	<i>Teórico-prática</i>	
Centro-Oeste	2 (1,4%)	12 (8,4%)	5 (5,2%)	2 (2,1%)	2 (2,1%)	-	5 (5,1%)	61h45min
Nordeste	9 (6,3%)	32 (22,4%)	33 (34,0%)	8 (8,2%)	10 (10,3%)	3 (3,1%)	28 (28,9%)	70h48min
Norte	1 (0,7%)	12 (8,4%)	13 (13,4%)	-	3 (3,1%)	1 (1,0%)	9 (9,3%)	63h50min
Sudeste	14 (9,8%)	37 (25,8%)	20 (20,6%)	4 (4,1%)	4 (4,1%)	1 (1,0%)	19 (19,6%)	60h40min
Sul	8 (5,6%)	16 (11,2%)	7 (7,2%)	5 (5,2%)	4 (4,1%)	-	8 (8,3%)	56h15min
Brasil	34 (23,8%)	109 (76,2%)	78 (80,4%)	19 (19,6%)	23 (23,7%)	5 (5,2%)	69 (71,1%)	62h40min

Frequências obtidas em relação ao total de cursos no Brasil incluídos no estudo (n=143)¹ e em relação ao total destes cursos que ofertam a disciplina de PNE (n=97)².

4 DISCUSSÃO

O presente estudo descreveu a percepção de discentes e docentes de uma universidade pública em uma capital do Nordeste Brasileiro sobre a abordagem da temática PNE durante o ensino de graduação. A maioria dos discentes e docentes do curso de graduação em Odontologia da UFPI apoiam a inclusão de disciplina de PNE na estrutura curricular do curso e os discentes demonstraram majoritariamente reações negativas diante de uma situação simulada de atendimento odontológico a PNE. Além disso, foi observado que a disciplina de PNE nos cursos de graduação em Odontologia no Brasil é ofertada, em sua maioria, em caráter obrigatório e em um formato que envolve atividades teóricas e práticas.

A presença de um familiar e/ou amigo com deficiência gera impacto comportamental no

indivíduo, podendo afetar a forma como lida com o público, sensibilizando-o e despertando maior interesse na temática²⁸. No presente estudo, a proporção de PNE no círculo familiar ou de amigos de discentes (29%) e docentes (30,8%) ficou próximo aos percentuais registrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em relação à população brasileira (23,9%)^{2,19}. Para acadêmicos de Odontologia, o contato com PNE durante a graduação garante a vivência de situações clínicas diferentes, que requerem abordagens igualmente distintas²⁶. Isso tende a evitar que atendimentos ao PNE sejam negligenciados no futuro exercício profissional destes discentes²⁵. Entretanto, esta não é a realidade dos participantes do presente estudo, no qual foi constatado que mais da metade (54,4%) não efetuaram qualquer atendimento a PNE. Situação similar foi observada

entre discentes do Centro Universitário São Lucas (UNISL) e Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA), do estado de Rondônia (53,3%)²¹.

A ausência da oferta de disciplina específica no projeto pedagógico do curso de Odontologia da UFPI impacta diretamente nos nossos resultados. Embora a maioria dos docentes (73,1%) tenha relatado já ter atendido algum PNE, fruto de sua maior experiência clínica em comparação aos discentes, somente 38,5% destes tiveram algum interesse na busca por conhecimento da temática. Em contraponto a isto, entre os discentes foi observado que 75,8% buscaram, por meio de palestras, cursos e afins, algo que tivesse relação com o assunto PNE. Na própria instituição há a oportunidade de obtenção de conhecimento sobre a temática a partir de um Projeto de Extensão de promoção de saúde bucal e atendimento odontológico a PNE, fruto de uma parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Piauí.

O projeto de extensão cadastrado na Pró-reitoria de Extensão permite preencher, embora que parcialmente, a lacuna de formação em Odontologia para PNE no curso de graduação na UFPI e desde sua criação, em 2007, estabeleceu uma forte interação ensino-pesquisa-extensão, com desenvolvimento de projetos de pesquisa e dissertações de mestrado²⁹⁻³⁴. Entretanto, 80,6% dos discentes respondentes deste estudo não participaram do projeto, o que pode ser justificado pela necessidade de limitação de oferta de vagas e a dificuldade de conciliar horário com as atividades curriculares obrigatórias. As evidências sugerem que graduandos que participam de projetos desta natureza adquirem segurança e confiança, apontando que o manejo e reações destes graduandos diante de situações de atendimento odontológico a PNE diferem de graduandos que nunca tiveram contato com esse tipo de paciente^{22,23}. Corroborando tais evidências, os achados do presente estudo demonstram uma

associação entre a participação na extensão e a capacidade para atender PNE. Entre os discentes que participaram do PROSBE, 88% sentem-se mais aptos para atendimento a PNE. Além disso, esses graduandos desenvolvem visão crítica, desprovida de preconceitos e melhor manejo clínico e comportamental desses pacientes e seus familiares, contribuindo para uma melhor aptidão no exercício profissional^{22,23}. Isto foi evidenciado quando os achados desse estudo foram analisados conforme o período atual de formação dos discentes, no qual aqueles estudantes em estágio mais avançado no curso e já realizando mais atividades clínicas, além de terem tido mais oportunidades de experimentar atividades de extensão, demonstraram maior segurança e aptidão para atendimento odontológico a PNE.

A insegurança no atendimento a PNE relatada por alguns cirurgiões-dentistas é fruto da inexperiência, causada principalmente pela ausência de contato com estes pacientes durante a graduação²⁴. Esta insegurança em cirurgiões-dentistas da atenção básica desencadeia um referenciamento indiscriminado de PNE para os CEOs²⁵, contrariando as recomendações do Caderno de Atenção Básica nº 17³⁵. A maioria dos docentes participantes do presente estudo acreditam que PNE devem ser atendidos na atenção primária, o que não ocorre rotineiramente³⁶. A (in)experiência na graduação com PNE é decisiva para a postura, atitudes e comportamento do futuro profissional durante atendimento a este público^{37,38}.

Diante de uma situação simulada de atendimento odontológico a PNE, “insegurança” foi a reação mais prevalente entre os discentes. De modo similar, Amaral *et al.*¹⁹ observaram que 54% dos alunos demonstraram insegurança no atendimento a pacientes com doenças sistêmicas associadas, fragilidade física e emocional. A insegurança de graduandos a atendimentos de PNE é relatada em outros estudos, assim como o desejo dos discentes de atenderem da melhor maneira

possível^{39,40}.

O presente estudo constatou que, entre os cursos que ofertam disciplina de PNE, 54,5% têm caráter obrigatório. A literatura sugere que a obrigatoriedade da disciplina sobre pacientes especiais nos projetos pedagógicos dos cursos de odontologia⁴¹ proporcionaria que todos os discentes tenham contato com esses pacientes e com conteúdos relacionados ao tema. Desta forma, teriam maior confiança e segurança na vida profissional⁴². As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), desde 2002, direcionam que a formação do cirurgião-dentista seja de caráter generalista, atuando em todas as áreas de atenção à saúde⁴³. No parecer de revisão de 2018 consta que cursos de Odontologia devem garantir uma formação voltada também ao atendimento clínico odontológico ambulatorial dos indivíduos com necessidades especiais⁴⁴. Considerando ainda que uma parcela significativa da população possui algum tipo de deficiência, a obtenção de habilidades que visem atendimento odontológico humanizado e adequado a PNE precisa ser enfatizada⁴⁵.

Em um estudo realizado em 2006, Fassina *et al.*⁴⁵ verificaram que 221 instituições de ensino superior (públicas e privadas) do Brasil possuíam curso de graduação em Odontologia e que 27,9% destas IES ofertavam alguma disciplina relativa à Odontologia para PNE. Os achados do presente estudo apontaram, surpreendentemente, que aproximadamente 2/3 das instituições sorteadas oferecem a disciplina sobre PNE em suas matrizes curriculares. Esta proporção elevada representa um vertiginoso crescimento em aproximadamente 15 anos⁴⁴ e pode estar associada às contínuas campanhas de inclusão social e acessibilidade, propagadas pelas mídias sociais e movimentos da sociedade civil. A abertura de novos cursos de Odontologia no Brasil também pode ter impulsionado esta mudança, uma vez que ao proporem a inserção de novas IES e/ou cursos, a tendência é que os gestores busquem contemplar

demandas não solucionadas e requeridas pela população e refletir isto na formação ofertada. Além disso, mais da metade das instituições públicas e privadas em todas as regiões do Brasil possuíam em sua matriz curricular uma disciplina voltada para PNE, evidenciando uma crescente preocupação com a inclusão desta temática na formação dos novos profissionais de Odontologia⁴⁶.

As disciplinas de PNE nos cursos de graduação em Odontologia avaliados neste estudo apresentam uma carga horária média de 62h e 40min e a maior proporção delas (48,2%) é ofertada em formato teórico-prático. Achados semelhantes são apontados por Penha (2018)⁴², que relatou carga horária média de 62,2 horas, além de observar neste estudo que todas as disciplinas sobre PNE eram ofertadas de maneira obrigatória e a maioria teórico-prática. A integração de teoria com prática amplia os conhecimentos e favorece aos alunos manejo clínico das possíveis futuras situações de trabalho que demonstram a realidade da comunidade e dos serviços oferecidos a essa população. Isso gera um benefício para esses estudantes se tornem profissionais de saúde mais qualificados, eficientes e humanizados^{47,48}.

Os achados do presente estudo contribuem para a análise do ensino em Odontologia no Brasil ao evidenciar um crescente interesse na oferta de formação para atendimento odontológico a PNE já no ensino de graduação. Além disso, a proporção majoritária de discentes e docentes que percebem a necessidade da inclusão de disciplina sobre esta temática em um curso que ainda não possui a disciplina em sua estrutura curricular serve de reflexão para outros cursos de graduação no país que ainda não ofertam disciplina de PNE, tampouco disponibilizam atividades complementares e/ou de extensão que preencha esta lacuna na formação dos graduandos em Odontologia. O atendimento para PNE é de extrema importância na graduação do curso de

odontologia, de modo que os discentes que tiverem contato com esses pacientes irão melhor lidar com esse público de maneira multidimensional e sem distinções⁴⁵, tornando-os profissionais aptos a prestarem um melhor atendimento a essa população.

Este estudo não é isento de limitações. O caráter transversal impossibilita estabelecer relações causais entre as variáveis analisadas. Em estudos transversais, é esperado uma taxa de resposta $\geq 80\%$ para minimizar viés de não-resposta. Esse viés recai na possibilidade de que as respostas da parcela de respondentes difiram daquelas dos não-respondentes⁴⁹. Entretanto, no presente estudo acredita-se que este viés em potencial tenha efeitos mínimos nos resultados apresentados, uma vez que embora tenha-se obtido uma taxa de resposta em torno de 60%, os respondentes e não-respondentes são indivíduos inseridos no mesmo ambiente e que estão expostos aos mesmos fatores que tem efeitos potenciais nos desfechos avaliados no estudo. O fato de os autores possuírem vínculos com a mesma IES e o possível relacionamento entre autores e respondentes pode representar um viés de informação no estudo. Todavia, a obtenção dos dados por questionários *online* garantiu o anonimato dos participantes, o que minimizou este risco de viés. Por fim, um possível viés de seleção está inerente com a exclusão do estudo de IES que não disponibilizam matriz curricular. Estas instituições podem representar aquelas com menos disciplinas específicas de PNE. Entretanto, as instituições excluídas representam um baixo percentual relativo à amostra obtida (~ 13%) e acredita-se que não tenha determinado os achados do estudo.

5 CONCLUSÃO

A maioria dos discentes participantes deste estudo nunca realizaram atendimento a algum PNE, e diante de uma situação fictícia de atendimento as reações mais comumente relatadas

foram angústia e insegurança. A inclusão de PNE como disciplina obrigatória na estrutura curricular do curso de Odontologia na UFPI é defendida pela maioria dos discentes e docentes. A disciplina de PNE é ofertada em aproximadamente 2/3 dos cursos avaliados neste estudo, majoritariamente em caráter obrigatório, em formato teórico-prático e com carga horária média aproximada de 60h. Desta forma, pode-se perceber que é importante que sejam incluídas atividades obrigatórias que contemplem este tipo de atendimento.

ABSTRACT

Dentistry for Special Needs Patients in undergraduate teaching: perception of students and professors at a university in Piauí and a Brazilian overview

Dentistry undergraduates do not acquire much experience managing Patients with Special Needs (PSN) during their university training. This knowledge deficit contributes to the situation where PSNs face barriers to accessing oral health services. This study was a cross-sectional, descriptive and exploratory study about the perception of Dentistry students and professors at the Federal University of Piauí (UFPI - Brazil) on whether care of PSN should be included in their course. The reactions of students facing a simulated situation of dental care for PSN was also analyzed. A survey of the situation regarding PSN inclusion at other universities in Brazil was also carried out. Professors and students filled out questionnaires and information regarding university curriculums was collected from their websites. Descriptive data analysis was performed, and Fisher's exact test was applied. Most UFPI students reported never having treated a PSN (54.8%) and, of these, 67.7% did not feel confident to provide this treatment. Most professors (73.1%) reported having treated PSN. Most students (84.7%) and professors (53.8%) agree that Dentistry for PSN should be mandatory in the curricular structure. Lack of confidence was the most common reaction of students to a simulation of dental care for a PSN.

Dentistry for PSN is part of the curriculum of 67.8% of the Dentistry courses surveyed. In conclusion, the lack of Dentistry for PSN during student training can make dentists-to-be unsure about how to treat PSN in real-life situations. The inclusion of dental care for PSN in the curriculum is supported by students and teachers. The topic is present in most Dentistry courses in Brazil.

Descriptors: People with Disabilities. Dentistry Education. Dentistry students.

REFERÊNCIAS

1. Organização das nações unidas (ONU). A ONU e as Pessoas com Deficiência. [Acesso em: 18 abr. 2021]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia>.
2. Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE). Perfil das deficiências nos domicílios no Brasil. Brasília: IBGE, 2010 [Acesso em: 18 abr. 2021]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf.
3. BRASIL. Ministério da Saúde, Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. [Acesso em: 18 abr. 2021] Disponível em: <https://www.saude.gov.br/artigos/808-pessoa-com-deficiencia/41183-politica-nacional-de-saude-da-pessoa-com-deficiencia>.
4. Ningrum V, Bakar A, Shieh TM, Shih YH. The Oral Health Inequities between Special Needs Children and Normal Children in Asia: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Healthcare (Basel)*. 2021;9(4):410.
5. Lai YYL, Zafar S, Leonard HM, Walsh LJ, Downs JA. Oral health education and promotion in special needs children: Systematic review and meta-analysis. *Oral Dis*. 2020; 13731.
6. Thikkurissy S, Lal S. Oral health burden in children with systemic diseases. *Dent Clin North Am*. 2009;53(2):351-7.
7. Jeffrey AE, Newacheck PW. Role of insurance for children with special health care needs: a synthesis of the evidence. *Pediatrics*. 2006;118(4):e1027-38.
8. Schultz ST, Shenkin JD, Horowitz AM. Parental perceptions of unmet dental need and cost barriers to care for developmentally disabled children. *Pediatr Dent*. 2001;23(4):321-5.
9. Krishnan L, Iyer K, Madan Kumar PD. Barriers to utilization of dental care services among children with special needs: A systematic review. *Indian J Dent Res*. 2020;31(3):486-493.
10. Condessa AM, Lucena EHG, Figueiredo N, Goes PSA, Higer JB. Atenção odontológica especializada para pessoas com deficiência no Brasil: perfil dos centros de especialidades odontológicas, 2014. *Epidemiol Serv Saúde*. 2020; 29-5: e2018154.
11. Conselho Federal de Odontologia (CFO). Quantidade Geral de Profissionais e Entidades Ativas. 2021. [Acesso em: 17 mai. 2021]. Disponível em: <https://website.cfo.org.br/estatisticas/quantidade-geral-de-entidades-e-profissionais-ativos/>.
12. Conselho Federal de odontologia (CFO). Notícias, Assessoria de Comunicação Do CFO, 25 De Outubro, CFO, Conselho Federal De Odontologia, Dia Do Cirurgião-Dentista, Odontologia. Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais: mais do que uma especialidade, um ato de amor à vida [Acesso em: 18 jul. 2020]. Disponível em: <http://website.cfo.org.br/odontologia-para-pacientes-com-necessidades-especiais-mais-do-que-uma-especialidade-um-ato-de-amor-a-vida/>.
13. Krishnan L, Iyer K, Madan Kumar PD. Barriers to utilization of dental care services among children with special needs: A systematic review. *Indian J Dent Res*. 2020;31(3):486-493.
14. da Rosa SV, Moysés SJ, Theis LC, Soares RC, Moysés ST, Werneck RI, Rocha JS. Barriers in Access to Dental Services Hindering the Treatment of People with Disabilities: A Systematic Review. *Int J Dent*. 2020; e9074618.
15. Haddad AS, Tagle EL, PassosVDAB. Current Status of the Dental Care Provided to Disabled People in Latin America: Chilean

- and Brazilian scenarios. Rev APCD. 2016; 70(2):132-40.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Atenção à Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Departamento de Atenção Especializada e Temática Secretaria de Atenção Primária à Saúde Departamento de Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. [Acesso em: 18 jul. 2020]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atencao_saude_bucal_pessoa_deficiencia.pdf.
 17. Conselho Federal de Odontologia(CFO). Resolução CFO-25/2002: Estabelece as áreas de competência para atuação dos especialistas em Disfunção Têmporo-Mandibular e Dor Orofacial; Odontogeriatrics; Odontologia do Trabalho; Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais e em Ortopedia Funcional dos Maxilares e dá outras providências. [Acesso em: 18 jul. 2020]. Disponível em: <http://www.croba.org.br/fotos/consultas/1/mg/RESOLU%C3%87%C3%83O%20CFO-25-2002.pdf>.
 18. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CES 3/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 10 14. [Acesso em: 17 mai. 2020]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES032002.pdf>.
 19. Amaral COF, Aquotte APC, Aquotte LC, Parizi AGS, Oliveira A. Avaliação das expectativas e sentimentos de alunos de odontologia frente ao atendimento de pacientes com necessidades especiais. RFO-UPF. 2011;16(2):125-9.
 20. Jacomine JC, Ferreira R, Sant'anaACP, Rezende MLR, GregghiSL, Damante CA, et al. Saúde bucal e pacientes com necessidades especiais: percepção de graduandos em Odontologia da FOB-USP. Rev ABENO. 2018;18(2):45-54.
 21. Pinheiro CP, Gabaldo NR. Nível de conhecimento dos profissionais e acadêmicos do estado de Rondônia no atendimento odontológico a pacientes portadores de necessidades especiais. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Porto Velho: Centro Universitário São Lucas; 2017.
 22. Cruz A, Cavalcante, MLTDH, Labuto, MM. Limitações do cirurgião dentista na abordagem clínica no atendimento de pacientes com necessidades especiais. Cadernos de Odontologia do UNIFESO. 2020;1(2):44-65.
 23. Jesus ED. Odontologia para pessoa com deficiência: percepção de estudantes sobre a participação em atividade de extensão. Natal. [Monografia-Graduação] – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2016.
 24. Ferreira SH, Suiça RA, Rodrigues PH, Kramer PF. Percepção de estudantes de graduação em Odontologia frente ao atendimento de pessoas com deficiência. Rev ABENO. 2017;17(1):87-96.
 25. Macêdo GL, Lucena EES, Lopes IKR, Batista LTO. Acesso ao atendimento odontológico dos pacientes especiais: a percepção de cirurgiões-dentistas da atenção básica. Rev Ciênc Plural. 2018;4(1):67-70.
 26. Faria MHD, Pereira FJP, Lima IPC. Análise do componente curricular “Pacientes com Necessidades Especiais” nos cursos de Odontologia do estado do Rio Grande do Norte. Rev ABENO. 2021;21(1):1311.
 27. Grimshaw J, SURGE (The SURvey Reporting Guideline). In: Moher D, Altman DG, Schulz KF, Simera I, Wager E (Eds.). Guidelines for reporting health research: A user's manual. Hoboken (NJ): John Wiley & Sons. 2014; 1ed. p. 206-13.
 28. Brunhara F, Petean EBL. Mães e filhos especiais: reações, sentimentos e explicações à deficiência da criança. Paidéia (Ribeirão Preto). 1999;9(16):31-40.
 29. Nogueira BR, Silva AM, de Castelo Branco Araújo T, Ferreira MC, Mendes RF, Prado Júnior RR. Exploring the association of predisposing factors of Cerebral Palsy and developmental defects of enamel: a case-control study. Eur Arch Paediatr Dent. 2021;22(3):367-74.
 30. Silva AM, Miranda LFB, Araújo ASM,

- Prado Júnior RR, Mendes RF. Electric toothbrush for biofilm control in individuals with Down syndrome: a crossover randomized clinical trial. *Braz Oral Res.* 2020;34:e057.
31. Alvarenga ÉDSL, Silva AM, da Silva TAE, de Araújo RF, Prado Júnior RR, Mendes RF. Oral health-related quality of life in caregivers of individuals with Cerebral Palsy: a case-control study. *Eur Arch Paediatr Dent.* 2020;21(2):193-202.
32. Leal TAC, Silva AM, Nogueira BR, Prado Júnior RR, Ferreira MC, Mendes RF. Physiologic and behavioural signs during a dental appointment in children and teenagers with Cerebral Palsy: a comparative cross-sectional study. *Eur Arch Paediatr Dent.* 2021;22(2):181-6.
33. da Silva T, Silva AM, Alvarenga E, Nogueira BR, Prado RR, Mendes RF. Risk Factors Associated with Probable Sleep Bruxism of Children and Teenagers with Cerebral Palsy. *J Clin Pediatr Dent.* 2020;44(4):228-33.
34. Silva AM, Nogueira BR, Leal TAC, Prado Júnior RR, Mendes RF. Physiological and behavioral manifestations of children and teenagers with Down syndrome during the dental appointment: a comparative cross-sectional study. *Pesqui Bras Odontopediatria Clín Integr.* 2020;20:e4658.
35. BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica nº. 17. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília: Ministério da Saúde; 2006. [Acesso em: 18 jul. 2020]. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MTE5Mw>.
36. Andrade APP, Eleutério ASDLE. Pacientes portadores de necessidades especiais: abordagem odontológica e anestesia geral. *Rev Bras Odontol.* 2016;72(1/2):66-9.
37. Mac Giolla Phadraig C, Nunn JH, Tornsey O, Timms M. Does Special Care Dentistry undergraduate teaching improve dental student attitudes towards people with disabilities? *Eur J Dent Educ.* 2015;19(2):107-12.
38. Ahmad MS, Razak IA, Borromeo GL. Special needs dentistry: perception, attitudes and educational experience of Malaysian dental students. *Eur J Dent Educ.* 2015 Feb;19(1):44-52.
39. Dellavia C, Allievi C, Ottolina P, Sforza C. Special care dentistry for people with intellectual disability in dental education: an Italian experience. *Eur J Dent Educ.* 2009;13(4):218-22.
40. Holder M, Waldman HB, Hood H. Preparing health professionals to provide care to individuals with disabilities. *Int J Oral Sci.* 2009;1(2):66-71.
41. Silva TD, Santaella NG, Caminha RDAG, Sérgio P. Perception of graduation students about the importance of Dentistry's discipline for patients with special needs. *Rev ABENO.* 2020;20(1):26-32.
42. Penha ES, Tenório DA, Fonseca, FRA, Guênes GMT, Montagna E. Caracterização do componente curricular Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais nos cursos de Odontologia do estado da Paraíba. *Rev ABENO.* 2018;18(2):13-9.
43. Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 3/2002, de 4 de março de 2002, dispõe das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação de Odontologia. *Diário Oficial República Federativa do Brasil.* Brasília, DF, 4 mar. 2002. Seção 1, p.10.
44. Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação de Odontologia. Aguardando homologação do parecer CNE/CES Nº 803/2018 [Acesso em: 18 jul. 2020] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=127951-pces803-18-1&category_slug=outubro-2019&Itemid=30192.
45. Fassina AP. Análise das disciplinas de pacientes portadores de necessidades especiais nas faculdades no Brasil em 2005 [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo. 2006.
46. Cipriano OB, Rolim AKA, Alves MASG, Oliveira Filho AA, Guênes GMT, Figueiredo

- CHMC et al. Odontologia para pacientes especiais: análise da composição curricular das instituições públicas do Brasil. *Res Soc Devel*. 2020;9(2):e189922135.
47. Pinheiro FMC, Nóbrega-Therrien SM, Almeida MEL, Almeida MI. A formação do cirurgião-dentista e a promoção de saúde no PSF. *Rev Odontol UNESP*. 2008;37(1):69-77.
48. Mafi A, Moretto C, Teixeira MFN, Saldanha OMFL, Rados ARV. A interdisciplinaridade e seus reflexos na formação do cirurgião-dentista. *Rev ABENO*. 2017;17(1):62-73.
49. Cheung KL, Ten Klooster PM, Smit C, de Vries H, Pieterse ME. The impact of non-response bias due to sampling in public health studies: A comparison of voluntary versus mandatory recruitment in a Dutch national survey on adolescent health. *BMC Public Health*. 2017 Mar 23;17(1):276.

Correspondência para:

Aryvelto Miranda Silva
e-mail: aryveltomirand@gmail.com
Programa de Pós-graduação em Odontologia
Universidade Federal do Piauí
Campus Universitário Ministro Petrônio
Portella
Bloco 5, Bairro Ininga
64049-550 Teresina/PI